

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL URBANO*

UNA VISION GEOGRÁFICA DEL CONCEPTO DE MOVIMIENTO SOCIAL URBANO A GEOGRAPHICAL VIEW OF THE CONCEPT OF URBAN SOCIAL MOVEMENT

Xisto Serafim de Santana de SOUZA JÚNIOR**

Resumo: Existe um consenso por parte dos cientistas sociais de que a organização social, especialmente nos espaços urbanos, vem se tornando cada vez mais complexa. Esse fenômeno decorre das alterações socioespaciais representadas por mudanças políticas, econômicas e sociais materializadas nas práticas dos atores sociais, em especial nas cidades dos países de terceiro mundo. Por um lado, tem-se uma sociedade da técnica e da rapidez. Por outro, uma sociedade de excluídos que lentamente vem se adaptando ao novo cenário mundial, superando as limitações a partir de ações mais incisivas de domínio territorial. Os atores responsáveis por esta superação são os movimentos preocupados com a produção do espaço urbano: os movimentos sociais urbanos (MSUs). O artigo ora apresentado tem como objetivo evidenciar, justamente, a importância de se analisar a influência espacial desses atores sociais a partir de um olhar geográfico sobre os elementos que constituem e influenciam suas práticas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Urbanos; Produção do espaço; organização social; atores sociais; domínio territorial.

Resumen: Existe un consenso por parte de los científicos sociales acerca de que la organización social, especialmente en los espacios urbanos, está haciéndose cada vez más compleja. Este fenómeno se origina en las alteraciones socioespaciales representadas por cambios políticos, económicos y sociales materializados en las prácticas de los actores sociales, en especial en las ciudades de los países del tercer mundo. Por un lado, se ve una sociedad de la técnica y de la rapidez. Por otro, una sociedad de excluidos que lentamente está adaptándose al nuevo escenario mundial, superando las limitaciones a partir de acciones más contundentes de dominio territorial. Los actores responsables por esta superación son los movimientos preocupados con la producción del espacio urbano: los movimientos sociales urbanos (MSUs). El presente artículo tiene como objetivo evidenciar, precisamente, la importancia de analizar la influencia espacial de esos actores sociales a partir de una perspectiva geográfica sobre los elementos que constituyen e influyen sus prácticas.

Palabras Clave: Movimientos Sociales Urbanos; producción del espacio; organización social; actores sociales; dominio territorial

Abstract: It is a consensus amongst the social scientists that the social organisation is becoming a more complex phenomenon, especially in urban spaces. This phenomenon is originated from socio-spatial transformations which are represented by political, economic and social changes in the materialised practices of social agents, mainly in the underdeveloped countries' cities. On one side, there is a society of technique and speediness. On the other, there is a society of excluded people which is trying to adapt to the new world scenery and overcome the limitations from more incisive actions of territorial domain. The movements worried about the production of urban space are then recognised as the responsible agents for this overcoming, that means the urban social movements (USMs). Therefore, the aim of this article is to elucidate the importance of analyzing the spatial influences of this social agents from a geographical view of the elements that both constitute their practices and interfere in them.

Key-word: Urban Social movements; Production of space; social organization; social agents; territorial domain.

* O texto faz parte de uma revisão teórica, sobre o conceito de movimento social urbano, que está sendo realizada na tese de doutorado desenvolvida pelo autor junto a Universidade Estadual Paulista – UNESP-PP.

** Doutorando em Geografia e bolsista CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito - UNESP/PP-SP – xtojunio@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O entendimento do conceito de movimento social urbano é repleto de contradições, especialmente quanto a sua origem e difusão no cenário urbano. Tais contradições se efetivam no tempo e no espaço, especialmente por parte dos teóricos que se dedicaram ao estudo desses atores sociais. Tais contribuições são fundamentais ao entendimento das particularidades desses movimentos no Brasil enquanto consequência do processo da exclusão social proveniente dos impactos da globalização, evento este que tem despertado na sociedade o interesse por se organizar e lutar por direitos sociais, a exemplo do direito à moradia.

No tempo, existe a hipótese de que tais atores tenham surgido na década de 1970 quando diversos países da América Latina, inclusive o Brasil, vivenciavam um momento de pressão do autoritarismo militar despertando na sociedade o anseio pela obtenção da autonomia e inclusão social. Esta situação proporcionou o surgimento de movimentos institucionalizados: sindicatos, pastorais, representantes de bairros, etc. Existe, igualmente, a hipótese de que esses atores tenham surgido entre as décadas de 1980 e 1990 a partir do processo de redemocratização (especialmente no Brasil), difusão da política neoliberal e o impacto da globalização, especialmente na cultura local. Tais eventos despertaram em segmentos da sociedade, especialmente na população mais carente, o interesse pela conquista dos direitos sociais como a conquista de condições dignas de moradia e acessibilidade urbana, através da luta pela reforma urbana. Dessa forma, tais atores são originados dos segmentos da sociedade que lutam por justiça social e qualidade de vida.

Quanto ao espaço, as divergências pairam em torno do fato de que esses atores sociais estejam articulados em escala nacional, desenvolvendo atividades territoriais bem definidas a partir de uma agenda comum de ação; ou estejam presentes em diversas cidades realizando encontros nacionais, porém com formas de ação bem diferenciadas como é o caso do CMP (Central de Movimentos Populares) que nacionalmente atua como coordenação de mobilizações e intercâmbio entre os movimentos, mas em diversas cidades a atuação se aproxima a de um movimento social. Outro exemplo é o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) que, a partir de decisões tomadas em encontros nacionais, desenvolvem ações comuns (ocupação) nas cidades onde possuem sede. Para isto, estabeleceu o mês de junho como o mês das ocupações.

Diante disso, aproveitando uma revisão bibliográfica utilizada na tese de doutorado que realizamos junto ao Programa de Pós-graduação da UNESP, o artigo ora apresentado busca resgatar alguns dos principais fundamentos, particularmente teóricos e conceituais, que possibilitem compreender a expressão geográfica dos movimentos sociais urbanos. Para isso, utilizamos como referência algumas das produções de teóricos europeus (Alain Touraine, Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkin) e de geógrafos brasileiros (Marcelo Lopes de Souza, José Borzacchiello da Silva e Bernardo Mançano Fernandes) que desenvolvem importantes considerações sobre a expressão geográfica dos movimentos sociais.

Outrossim, gostaríamos de informar que o presente artigo corresponde a uma leitura sobre tais contribuições. Portanto, em decorrência da profundidade analítica que o tema demanda e a falta de um espaço mais amplo para realizar tal aprofundamento, alguns fundamentos que sustentam a nossa análise não foram inseridos nesse artigo. Dessa forma, recomendamos ao leitor que demonstrar interesse pelo tema consultar diretamente as produções mencionadas ao longo do texto. Da nossa parte, fica a humilde tentativa de articular os principais temas trabalhados pelos autores, fornecendo como complemento uma leitura particular sobre a influência dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço.

1. QUEM SÃO ESSES ATORES SOCIAIS?

No decorrer dos anos as produções acadêmicas, associadas a própria experiência de vida (convívio com os próprios movimentos), têm possibilitado evidenciar alguns elementos e características que possibilitem definir quem são os movimentos sociais urbanos. Nesse sentido, podem ser evidenciados alguns aspectos comuns entre as diversas concepções de MSUs.

Um primeiro aspecto está relacionado ao fato de que todos os movimentos que atuam na cidade são urbanos, se entendermos como verdade o fato de que estão presentes e atuantes em espaços urbanos. As diferenças pairam quando o sentido de urbano passa a estar relacionado ao sentido de complexidade socioespacial decorrentes do processo dos conflitos resultantes das relações de produção do espaço. (LEFEBVRE, 1999).

O urbano, enquanto forma, transforma aquilo que reúne (concentra). Ele faz diferir de uma maneira refletida o que diferia sem o saber: o que só era distinto, o que estava ligado às particularidades no terreno. Ele reúne *tudo*, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e desordem anteriores. Aí compreendidos os conflitos, as comunicações e formas de comunicações preexistentes. Como forma que trans-forma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário. (LEFEBVRE, 1999, p. 156)

Com base nisso têm-se movimentos que mesmo existindo no espaço urbano não participam diretamente de sua produção uma vez que não influenciam nas transformações do terreno. É bem verdade que tanto um como outro produz território ao delinear relações de poder decorrentes das próprias práticas socioespaciais. Contudo, as concepções de território são diferentes. Para os movimentos que, presentes no urbano, não interferem nas redefinições espaciais, o território é simbólico (produto das relações de poder), embora dialeticamente seja real uma vez que é bem delimitado por tais atores sociais. Já para os movimentos que, igualmente atuantes no espaço urbano, interferem nas redefinições espaciais, o território é real, ou seja, é materialmente conquistado e delimitado sendo expresso, principalmente, na escala da moradia com rebatimento no reordenamento de outros setores da dinâmica urbana.

Um outro fator diz respeito ao próprio significado etimológico do que se considera como sendo movimento social urbano. Por movimento deve-se compreender algo transitório: um processo que se sustenta até o momento em que finaliza o sentido de sua existência. Assim, os movimentos existem em essência até o momento em que existirem demandas pela conquista das bandeiras objeto de luta, como é o caso do movimento de sem-terra, sem-teto, luta por moradia, étnico, de gênero, *hip hop*, entre outros.

Contudo, ao adjetivarmos esses movimentos no momento em que inserimos o termo social, o significado se torna mais amplo. Alguns movimentos passariam a não se enquadrar, pois estariam mais para movimentos populares (luta por uma conquista específica de um segmento da sociedade como é o caso do movimento de gênero e étnico) do que para movimento social cujo interesse é comum a toda sociedade, a exemplo do direito à moradia que, independente da classe social, constitui um interesse comum a todos os segmentos sociais: de um lado os que lutam para ter esse direito (conquista da propriedade e das condições de habitabilidade) e do outro os que lutam para não perder o direito de propriedade e estimam por uma segregação socioespacial, além daqueles que lutam para que tal impasse seja resolvido de forma planejada e articulada evitando, com isso, possíveis distúrbios socioespaciais.

Finalmente, quando inserimos o termo urbano, a complexidade ganha novos ares uma vez que apreende aqueles movimentos que se apropriam do espaço a partir de ocupações temporárias, fluídas ou pontuais; e outros que atuam produzindo e redefinindo o espaço urbano, através de ocupações permanentes (moradia), fixas e diversificadas, conforme já evidenciado em parágrafos anteriores. Em síntese, teríamos o seguinte gráfico (**Figura 01**)

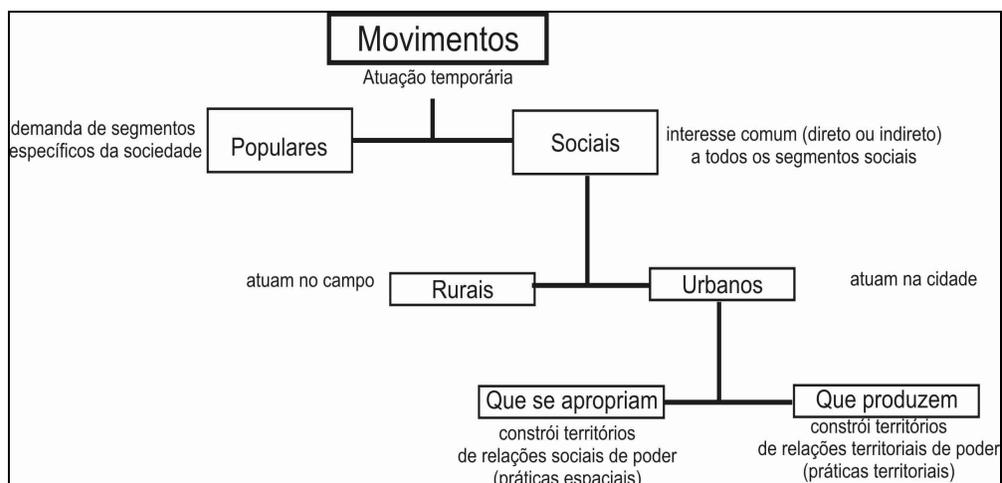


Figura 01: modelo esquemático: origem do movimento social urbano.

Nesse contexto, o que consideramos como movimentos sociais urbanos são os movimentos voltados para lutar por interesses comuns no espaço urbano ao construir o território de relações territoriais de poder realizado, portanto, práticas territoriais.

Tal concepção está baseada em formulações já elaboradas por Alain Touraine (1994, 1973, 1969), Manoel Castells (1999; 2000), Jean Lojkin (1997) e Jordi Borja (1975) que desenvolveram importantes considerações sobre a origem dos movimentos sociais (inclusive os urbanos) e suas principais características. Embora se configurem como teóricos reconhecidos internacionalmente, esses autores fizeram uma leitura segundo uma perspectiva social do espaço, o que é natural tendo em vista a formação dos mesmos.

Assim, buscaremos nas próximas páginas fazer um resgate das principais idéias trabalhadas por esses autores no que se refere a atuação dos movimentos sociais, extraíndo delas um conteúdo que pode servir (e tem servido) como subsídio a realização de uma leitura geográfica das expressões originadas por esses atores no âmbito da atual conjuntura política, econômica e social. Acrescentamos a estas formulações algumas contribuições de geógrafos brasileiros que nas últimas décadas têm se envolvido com o debate sobre os atores sociais urbanos.

Alan Touraine aproxima a concepção de sujeito à noção de movimento social ao afirmar que o “sujeito só existe como movimento social” (TOURAINÉ, 1994, p. 249) tendo como objetivo a contestação da ordem. Embora o autor não aborde diretamente a questão dos movimentos urbanos sua análise pauta nas expressões deixadas pela sociedade industrial, concebida como sociedade moderna, a qual resgata o valor do sujeito (social) cujo fator cultural apresenta-se como principal elemento identificador.

Touraine (1994) compreende, assim, a própria impossibilidade de se separar sujeito e ator social (ser produtor da vida social) do indivíduo (ser consumidor de normas e instituições sociais) o qual se torna sujeito na medida em que passa a assumir uma nova posição frente a insatisfação do que é imposto pela sociedade de massa (moderna). Assim, o movimento surge como “um ator coletivo cuja orientação maior é a defesa do sujeito, a luta pelos direitos e a dignidade dos trabalhadores” (TOURAINÉ, 1994, p. 254) tendo como objetivo questionar uma relação que se materializa nas instituições e organizações. Para o autor, o que caracteriza esses novos atores é o fato de que a luta deixa de ser voltada para questionar o sistema de produção, mas as finalidades do sistema de produção.

Embora Touraine esteja fazendo referência a um contexto social que data do final da década de 1960, quando passou a diferenciar os velhos movimentos sociais dos novos movimentos sociais,

para a realidade brasileira esta situação se apresenta nas três últimas décadas quando os movimentos transformam suas bandeiras de luta voltando-se mais pela promoção de reivindicações relacionadas aos direitos humanos (moradia, saúde, etc.) do que ao sistema de produção, embora as expressões populares tenham permanecido marcadas por temas como o fim de acordos com o mercado internacional, as críticas ao neoliberalismo econômico e as políticas de privatização. Isso, no entanto, existe apenas nos discursos desses atores uma vez que a demanda social se torna, na prática, a principal bandeira de luta.

Hoje o espaço público está lotado por esses novos movimentos sociais, mesmo que muitos só vejam sua fraqueza política. Malgrado a influência exercida sobre eles pelo fundamentalismo revolucionário das seitas esquerdistas ou, ao contrário, seu fechamento em temas não políticos e numa mistura de afirmações muito globais e de objetivos muito particulares, deve-se reconhecer que as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida (TOURAINÉ, 1994, p. 261 e 262)

Em *Production de la Société* (1973) Touraine concebeu que a essência dos movimentos sociais não se encontraria orientada por valores expressos de forma consciente uma vez que estes atores sociais estariam localizados no nível do sistema de ação histórica definindo-se pelo confronto de interesses opostos para o controle das forças de desenvolvimento. Assim, não seriam uma simples expressão de intenção ou concepção de mundo.

Contudo, tal posicionamento de Touraine não significa que os movimentos sejam despossuidores de intencionalidade. Ao contrário, considera que a conjuntura de desenvolvimento técnico, científico e informacional, caracterizada a partir da década de 1970, obrigou os movimentos a terem que se definir frente aos conflitos sociais que colocavam em xeque o desenvolvimento social. Com isso, os movimentos deveriam ser guiados por três princípios: o da identidade, o da oposição e o da totalidade sendo, portanto, um ator histórico (TOURAINÉ, 1969; 1973).

Dans une société définie par le rôle de l'innovation scientifique et technologique, par des organisations qui gèrent le changement, par une hiérarchie sociale fondée sur la connaissance et par la recherche de la privatisation de l'ordre de la consommation, il ne peut exister de mouvement social orienté vers un autre type d'historicité (...) C'est pourquoi je définis un mouvement social comme la combinaison d'un principe d'identité, d'un principe d'opposition et d'un principe de totalité, et considéré plus largement, comme un acteur d'un champ d'action historique. (TOURAINÉ, 1973, p. 323 e 324).

De acordo com Touraine (1973), no princípio da **identidade** o ator (movimento social) se autodefine. Assim, o movimento não poderia ser considerado organizado sem ter consciência do que o define sendo o conflito o elemento que constitui e organiza o movimento. Já o princípio da **oposição**, semelhante ao anterior, seria uma pré-condição à organização do movimento social uma vez que o mesmo precisa definir os seus adversários, os quais se originam a partir do próprio interesse de conflito. Finalmente, o princípio da **totalidade** corresponderia a atenção ao sistema de ação histórica na qual se discute o processo de dominação por parte dos adversários. Este princípio denota bem a importância que Touraine dedica ao fator histórico como elemento de amadurecimento e consolidação do movimento social e seu enfraquecimento representa a fragmentação dos conflitos (TOURAINÉ, 1973, p. 346).

Para Touraine (1973, p.386), os movimentos seriam, portanto, a “expressão direta ou indireta do conflito das classes” e sua forma depende do sistema político e da organização social, atuando, neste caso, como uma expressão de uma coletividade em diferentes escalas territoriais.

Si l'on considère l'organisation sociale, la force du mouvement social vient à ce niveau de ce qu'il agit aussi au nom de la collectivité concrète la plus large possible. Dans les sociétés industrielles cette collectivité est le plus souvent la nation ou au moins une unité territoriale comme la région, la ville ou même une unité territoriale comme la région, la ville ou même le quartier. Qu'une crise atteigne l'ensemble d'un territoire et le mouvement social peut en recevoir une force nouvelle (TOURAINÉ, 1973, p.387).

Apesar de considerar o momento como expressão de uma coletividade, Touraine deixa bem evidente que existe diferença entre movimento social e condutas coletivas, posicionamento este corroborado por outros autores contemporâneos, adeptos da análise social na perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Uma outra observação relevante nas considerações que Touraine, mencionada no livro *Production de la société* (1973), é a relação do movimento social na conjuntura política. Para o autor, o movimento social não seria matéria-prima da ação política, embora contraditoriamente afirme que eles sejam a razão disto. A relação entre o movimento social e a ação política depende das condições de formação e organização social do movimento. Assim, sendo um movimento grande este pode exercer uma expressão política. Porém, caso seja pequeno, de pouca expressão, esse movimento pode ser usado pelas forças políticas.

Le mouvement social n'est pas la matière première de l'action politique; il en est la raison d'être en même temps que l'opposé, car l'action politique vise toujours la gestion de la société et s'oppose donc à la reconnaissance des conflits, par quoi se définit toujours un mouvement social.(...) Les rapports entre le mouvement social et l'action politique dépendent avant tout des conditions de formation et d'organisation du mouvement social lui-même. Un mouvement fortement constitué peut se donner une expression politique (...) Si en revanche le mouvement social est faible et peu intégré, il peut être utilisé par une force politique (TOURAINÉ, 1973, p. 385). <destaque do autor >

Já em *Sociologia de la acción* (1969) Touraine faz um resgate das concepções de ideologia - “toda identificación de esas mediaciones al sujeto histórico que se hace, em consecuencia, desubjetalizado, reificado” - e utopia, “toda tentativa de um actor histórico para identificarse directamente al sujeto histórico, prescindiendo de las mediaciones institucionales y organizacionales” (TOURAINÉ, 1969, p. 169). Com base nessas concepções, o autor reforça a relação dos movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos (sujeitos históricos).

Si el individuo es portador del sujeto histórico, lo es en tanto que ocupa un lugar em las relaciones de clases o de grupos de interes. Cabe pensar que el individuo se comprende, por encima de su personalidad y de sus roles sociales, como sujeto histórico a través de la experiencia de la situación colectiva (TOURAINÉ, 1969, p. 177).

Castells (2000, p.375), por sua vez, define movimento social como “organização do sistema dos agentes sociais (conjuntura das relações de classe) tendendo a produzir um efeito qualitativamente novo sobre a estrutura social”. Este efeito qualitativamente é expresso a nível das estruturas e das práticas. Para o autor a observação das contradições inerentes a estrutura urbana se apresenta como um elemento-chave na análise dos movimentos sociais uma vez que põe dúvidas sobre a ordem estabelecida (AMMANN, 1991).

Ao observar a relação entre movimentos sociais e estrutura urbana ele concebe os movimentos urbanos enquanto um conjunto de atores sociais resultantes da articulação de um sistema de agentes urbanos que interferem na transformação estrutural do sistema urbano. Para Castells (2000, p. 390) “[h]á movimento social urbano quando há correspondência ente as

contradições estruturais do sistema urbano e uma linha exata de uma organização formada a partir da cristalização de outras práticas”.

Assim, as considerações de Castells remete a um impacto desses agentes não apenas na sociedade, mas, simultaneamente, na estrutura urbana. Tal concepção se aproxima do enfoque que estamos utilizando na nossa definição de movimento social urbano. A diferença estaria no fato de que tais atores não influenciariam apenas à estrutura urbana (espaço-produto/ forma), mas no próprio redirecionamento da mobilização urbana (espaço-apropriação/ função). Infelizmente Castells não forneceu nesta obra a devida importância a influência dos movimentos sociais urbanos enquanto agentes envolvidos com a questão urbana. Valorizou mais a estrutura pela estrutura.

Quanto à caracterização, Castells concebe que os movimentos se autodefinem por sua prática (CASTELLS, 1999, p. 94) e, assim como definido por Alain Touraine, eles estão diretamente relacionados a sua própria história, existindo igualmente concordância no que diz respeito aos princípios que regem a atuação dos movimentos (identidade, oposição e totalidade).

Jordi Borja aprofunda o debate sobre o papel dos movimentos sociais urbanos definindo-os como “acciones colectivas de la población en tanto que usuaria de la ciudad, es decir, de viviendas y servicios, acciones destinadas a evitar la degradación de sus condiciones de vida” (BORJA, 1975, p. 12). Nesse sentido, Borja amplia o entendimento da ação desses atores ao incluir a luta pela conquista das demandas urbanas (infra-estrutura e equipamentos) enquanto fundamento da ação dos movimentos sociais urbanos.

Com relação a natureza desses atores, Borja (1975, p. 17 e 18) propõe quatro possibilidades que motivam a formação de movimentos urbanos: a) deterioração das condições de vida; b) ameaça decorrente da ação urbanística (intervenção urbanística); c) déficit nas condições de moradia e de serviços e; d) em oposição a política urbana da administração pública.

Esta caracterização proposta por Borja fornece o elo de ligação com a leitura geográfica ao concebê-los como atores “constituídos por la acción de um grupo social que actúa sobre uma base territorial” (BORJA, 1975, p.19). Assim, são movimentos que não se limitam a vivenciar o urbano enquanto elemento das relações sociais, mas enquanto produto da expressão material dessas relações na medida em que possuem o território como objeto de ação, representado na luta pela infra-estrutura e acessibilidade urbana.

Os movimentos sociais urbanos que atuam em João Pessoa, por exemplo, se enquadrariam nos requisitos propostos por Borja, especialmente no que diz respeito a luta contra a ameaça da intervenção urbanística e o déficit de moradia. As discordâncias estão voltadas na importância que Borja delega ao fator organizacional uma vez que compreendemos não ser este o elemento fundamental na atuação dos movimentos urbanos. Isso não significa que defendamos que tais movimentos não necessitem de ações organizadas (planejadas), mas que esses não dependem de uma organização para poderem atuar uma vez que suas ações podem se efetivar de forma espontânea, a depender da própria demanda urbana do contexto socioespacial onde se expressam.

Um último aspecto que poderíamos destacar a partir das formulações de Borja diz respeito a tentativa do autor em definir os elementos identificadores desses atores sociais. Para Borja, movimientos sociais urbanos “el de aquellos movimientos de las clases populares que partiendo de reivindicaciones urbanas alcanzan un nivel de generalidad de objetivos y de potencialidad política que modifican las relaciones de poder entre las clases” (BORJA, 1975, p. 54).

Para Borja tais movimentos são concebidos como movimentos populares de base social e territorial. Porém, não seriam todos os movimentos populares, mas apenas os que atuam em áreas urbanas, preocupados exclusivamente em auxiliar na solução do problema do déficit residencial. Tais movimentos se expressam de três formas: reivindicativo (luta por melhorias em infra-estrutura e equipamentos urbanos), democráticos (objetivo reivindicativo é mais amplo, articulado e participativo) e dualidade de poder (embates mais incisivos entre classes populares e a classe dominante). Os movimentos sociais urbanos em João Pessoa desenvolveram bem as duas primeiras características ao desempenharem atividades de ocupação urbana (construção de moradias) e ações de reordenamento espacial. Assim, as ações são pautadas na produção de território através da ocupação e nas condições de acessibilidade urbana.

Já Lojkin, outro importante teórico sobre a questão urbana, analisa a atuação dos movimentos sociais a partir da problemática da hegemonia do Estado na observação das lutas de classes na qual esses atores aparecem como algo antagônico a poder institucional do Estado. Para Jean Lojkin, o movimento social corresponderia a “capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (...) dominante garante a subordinação e dependência (...) com relação ao sistema sócio-econômico” (LOJKINE, 1997, p.314).

Nesse sentido, o movimento social corresponderia, de acordo com Lojkin, ao mais alto grau de expressão luta de classes, o qual só adquire sentido quando atua em oposição a classe dominante e aos atores hegemônicos. Nesse contexto, o movimento social adquire um caráter revolucionário, apesar de afirmar que nem todo movimento seja revolucionário. Assim, corrobora, de certa forma, com as próprias formulações de Touraine.

Ao colocar o elemento político como fator de referência, Lojkin entende os movimento social como conseqüência da combinação de um processo social decorrente do movimento de classes e outro relacionado ao movimento político. Seria, portanto, um segmento da sociedade que, ao se organizar, tem como objetivo “transformar o sistema sócio-econômico no qual surgiu” (LOJKINE, 1997, p. 359) a partir de um conteúdo ideológico e político posto em movimento por uma dada organização social. A expressão geográfica desses atores estaria, assim, relacionada a sua extensão social em relação com o espaço territorial, ou seja, a escala de influência e articulação.

No âmbito do urbano Lojkin aponta os fatores ideológicos e políticos, no que se refere ao poder do Estado, como os principais problemas na atuação dos movimentos. Assim, discorda de Castells quanto a compreensão da produção do urbano, por parte dos MSUs, relacionada a questão da moradia e da acessibilidade aos equipamentos urbanos, alegando as conseqüentes limitações que produziria na capacidade desses atores contestarem o poder econômico e a reprodução social coordenada pela classe dominante.

Quanto a essa crítica entendemos que esta não procede. As contestações dos movimentos realmente urbanos, de acordo com as concepções adotadas em nossas formulações, são pertinentes apenas quanto as ações dos atores dominantes (poder público e empresas privadas) para o desenvolvimento urbano, produzindo espaços de exclusão e/ou segregação. Questões de ordem econômica (reprodução dos meios de produção, consumo etc.) e social (desdobramentos da formação social) são de incumbência de outros movimentos sociais que embora estejam presentes no espaço urbano não têm como meta influenciou na produção do espaço urbano.

Não resta dúvida de que a quase totalidade dos Movimentos Populares Urbanos se move na instância da reprodução da força de trabalho. Suas reivindicações se dirigem à conquista de bens e serviços do consumo coletivo e não direta e explicitamente a propriedade dos meios de produção, nem de suas características fundamentais, como a propriedade privada, a produção da mais-valia, enfim, a exploração do trabalho em suas mais variadas modalidades. (AMMANN, 1991, p. 62).

Após a análise das concepções desses teóricos, cuja trajetória acadêmica transcende um ramo específico do saber científico, é possível elaborar um mapa preliminar sobre as características do movimento social urbano, as quais se expressam no âmbito espacial: São movimentos que se expressam no território, em escalas variadas. Preocupam-se exclusivamente com a produção do espaço urbano e se constituem como sujeitos sociais ao buscarem desenvolver atividades em coletividade. É possível ainda mostrar um quadro esquemático dos temas mais relevantes na produção dos autores (**Quadro 01**).

Quadro 01: síntese das principais abordagens.

	Relações de classe	Sujeito histórico	Sujeito coletivo	Estrutura social	Estrutura espacial	Identidade Operação Totalidade	Reivindicativo Democrático Dualidade de poder
TOURAINÉ							
CASTELLS							
BORJA							
LOJKINE	Dominante x dominado						Revolucionário

Dos autores utilizados como referência existem algumas limitações que devam ser consideradas se o objetivo for utiliza-los nos estudos sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil, especialmente se a intenção for utiliza-las enquanto aporte a uma leitura geográfica da atuação dos mesmos.

Uma primeira limitação é a associação dos movimentos sociais a uma determinada classe social e seu caráter opositor e reivindicador. Conforme observado anteriormente, em Castells, Touraine e Borja. Lojkin vai mais além ao associá-los a uma classe específica (dominados) no embate contra outra classe de atores dominantes como se os movimentos sociais não fizessem parte do Estado e este não pudessem, igualmente, se expressar como movimento social ao patrocinar, por exemplo, um plebiscito ou promover campanhas sanitárias e preventivas. Outros atores tidos como agentes dominantes podem igualmente se expressarem como movimentos sociais. Assim, tal classificação é ineficiente e improdutiva.

Além disso, a atual conjuntura político, econômico e social, especialmente de países como o Brasil, faz com que tais associações percam sentido uma vez que a própria organização social é hoje retrato de uma complexidade social na qual participam atores de diferentes grupos, etnias e situação social e financeira. Assim, é comum encontrar em movimentos sociais urbanos a participação tanto de pessoas sem nenhuma formação acadêmica como de pessoas com curso superior finalizado. É comum encontrar desde pessoas desempregadas até pessoas que sobrevivem da economia informal e outras que atuam na economia formal. Além disso, a própria realidade socioespacial tende a formar uma sociedade cada vez mais interativa, com exceção de casos especiais nos quais os espaços são segregados de forma a produzir uma verdadeira separação social, especialmente por tipo de renda.

Uma outra limitação está relacionada a questão da ênfase dada a estrutura social e espacial. Diferente do período em que os atores vivenciavam quando desenvolveram suas bases conceituais (década de 1970-80), limitar a atuação desses atores sociais no debate sobre a o tipo de estrutura social e na luta por reformas na estrutura urbana não possibilita apreender a complexidade mencionada no parágrafo anterior.

Por um lado, a sociedade não se divide mais em compartimentos e nem muito menos possui funções bem definidas de forma a proporcionar o funcionamento regular do sistema social. A própria concepção de sistema é igualmente questionável uma vez que a ação social é fluida tanto vertical como horizontalmente em suas práticas e ações. Por outro lado, as reivindicações por mudanças na estrutura urbana não atinge a mesma objetividade que em décadas anteriores uma vez que o próprio sentido de urbano ganhou novos arranjos: ao invés da luta por reformas na estrutura urbana o objetivo passou a luta por melhorias na infra-estrutura do espaço urbano (habitabilidade) e conquista por equipamentos urbanos. Assim, as concepções de justiça social e qualidade de vida assumem uma posição de destaque por parte dos movimentos sociais urbanos ao se tornarem os principais alicerces das bandeiras de luta.

Um terceiro fator que demanda uma atenção espacial ao se utilizar as concepções dos teóricos europeus diz respeito a própria conjuntura econômica, política, social e ideológica vivida pelas atuais organizações sociais.

No âmbito econômico os movimentos atuam hoje em uma realidade em que o poder privado passa a delinear as condições de ordenamento urbano, algumas vezes em parceria com o poder público, e uma realidade na qual o equilíbrio financeiro, estabilidade econômica e desenvolvimento social tem se tornado uma constante a diversos países emergentes. Assim, os movimentos são obrigados a dialogar com esses atores ao invés de assumir uma posição sempre reivindicatória. São guiados a participar da produção (inclusive do espaço urbano): seja através de práticas cooperativistas; seja por ações particulares de ocupação territorial.

No contexto político a realidade é, igualmente, diferenciada. Se outrora havia uma situação de oposição as políticas desenvolvidas pelo poder público, os atuais avanços na política urbana com a implementação de gestões cada vez mais democráticas, tem provocado mudanças na forma de atuação dos movimentos sociais: ao invés de se apresentarem como segmentos opositores os movimentos se tornam “parceiros” no debate sobre o desenvolvimento urbano da cidade. Como se trata de um período de adaptação esta conjuntura política tem sido responsável por verdadeiras cisões entres os diversos movimentos urbanos.

No que se refere a questão social são evidenciadas mudanças significativas nos valores e forma de organização social. A luta pelo direito à moradia, por exemplo, não se resume mais a reivindicações de segmentos específicos da sociedade. A luta se torna agora por uma demanda comum e ampla. O acesso a moradia ganha uma complexidade diferente da luta por habitação que caracterizou os movimentos na década de 1970 ao ser compreendida como conjunto de elementos que possibilitam condições adequadas de habitabilidade (habitação, saúde, transporte etc.) e não mais a uma simples conquista de um teto.

Superpondo todos os elementos mencionados anteriormente, as mudanças na ideologia desponta como testemunho das limitações dos teóricos europeus para a realidade brasileira apesar de serem imprescindíveis pois fornecem o arcabouço necessário à formação de avanços teóricos. O debate sobre o sistema de produção capitalista perde cada vez mais sentido: por um lado a hegemonia econômica desse sistema no âmbito global e a queda do próprio socialismo sob a pujança do capitalismo torna os discursos contra-capitalismo cada vez mais improdutivos. Por outro, as conquistas iniciadas no final da década de 1980 e aprovadas no século XXI, o Estatuto da Cidade que garante a obrigatoriedade pela função social da cidade, fornecem as condições básicas para a atuação desses atores sociais sem a necessidade de se travar “debates epopéicos” contra o Estado, especialmente pelas aberturas que vem sendo fornecidas quanto a participação dos mesmos no debate sobre a produção do espaço urbano. O principal cuidado está relacionado ao risco da cooptação e a perda da identidade e motivação do movimento.

Por outro lado, os fatores conjunturais mencionados (econômico, político, social e ideológico) ganham uma complexidade ainda maior na medida que os atores sociais, outrora excluídos das vantagens provenientes do atual desenvolvimento técnico-informacional, passam a utiliza-los em benefícios próprios. Isso torna a relação com o urbano algo ainda mais complexo, impossível a um reducionismo de uma visão estruturalista. Tais atores sociais lidam com um espaço em constante estruturação. Ao afirmarmos tal posição não estamos fazendo referencia ao estruturalismo enquanto corrente teórica, mas a estruturação enquanto processo contínuo do (re)ordenamento urbano a partir das mudanças nas funções socioespaciais dos atores responsáveis por tal processo, ou seja, a formação socioespacial.

2. O MOVIMENTO SOCIAL URBANO NA PERSPECTIVA DO GEÓGRAFO.

No Brasil, da produção geográfica sobre os movimentos sociais urbanos, merecem destaque: Silva (1986), Souza (1988; 2004; 2006), Souza e Rodrigues (2004), que analisam bem a expressão geográfica desses atores, e Fernandes (2001, 2005) que embora não tenha desenvolvido uma análise específica sobre a atuação dos MSUs, tem desenvolvido uma importante revisão conceitual acerca

das características que diferenciam um movimento espacial do movimento territorial sendo, portanto, pertinente a análise que estamos desenvolvendo.

A tese de José Borzacchiello da Silva é predominantemente prática. Ao estudar a atuação desses movimentos o autor contextualiza os fatores de formação dos movimentos sociais urbanos, particularmente em Fortaleza, com ênfase a participação da sociedade civil concebendo o espaço-moradia como o local no qual os movimentos se expressam (SILVA, 1986, p. 173). Temas como segregação, ação coletiva, estruturação urbana e participação coletiva aparecem como os principais elementos balizadores das formulações do autor no que concerne a influência dos movimentos sociais no processo de produção do espaço urbano. Embora não tenha feito um resgate teórico específico das concepções desenvolvidas sobre o tema, especialmente as oriundas da escola europeia que se constituiu como a principal referência dos sociólogos brasileiros, fornecendo a essas uma leitura geográfica, Borzacchiello analisa alguns dos principais temas trabalhados pelos teóricos europeus: valor dado ao fator político – acrescentando a inclusão dos movimentos sociais trabalhados enquanto ator político; a luta de classes e sentido de coletividade e participação.

O principal aspecto que deve ser propulsor de debate é o fato do autor desenvolver sua pesquisa realizando entrevistas junto a sindicatos, associações, federações e fundações. Embora mencione esses segmentos como movimento popular (SILVA, 1986, p. 204), esses atores são concebidos em diversos momentos, como exemplos de movimentos sociais urbanos. Com relação a primeira afirmação não encontramos discordância com a concepção que adotamos em nossas análises. Contudo, a divergência emerge a partir do momento em que os movimentos populares selecionados passam a ser concebidos como movimentos sociais (populares ou urbanos).

Se o leitor efetivar uma simples consulta ao dicionário da língua portuguesa, não necessitando portanto de um aprofundamento teórico, perceberá de imediato que sindicatos, associações, federações e fundações possuem significados comuns uma vez que remetem a um agrupamento institucionalizado, voltado para luta tanto em decorrência de interesses particulares como por interesses de um pequeno grupo (FERREIRA, 2004). Dessa forma, são completamente contrários ao sentido de movimento social e movimento social urbano, especialmente no que diz respeito a concepção que estamos adotando. Infelizmente o autor não realiza um aprofundamento sobre as diferenças entre movimento popular e movimento social e/ou movimento popular de bairro e movimento social de bairro, o que possibilitaria compreender melhor o que sustenta seus argumentos. Ao contrário, em diferentes momentos, ele trata essas relações como sinônimos. Infelizmente, não tivemos acesso a outra produção do autor a respeito dessa temática, com exceção de exposições orais em palestras e conferências, nas quais contextualizam esse debate enquanto problemática e não como fundamentação teórico-conceitual. Isso não permite afirmar que o posicionamento adotado ainda faça parte das concepções do autor.

Já Marcelo Lopes de Souza tem desenvolvido diversas análises de cunho mais teórico sobre o tema, embora se utilize de exemplos práticos em sua abordagem. Esse autor tem procurado identificar as características de um movimento social urbano inserindo os mesmos como uma das expressões dos ativismos sociais de bairro (SOUZA, 1988, 2004, 2006; SOUZA & RODRIGUES, 2004). Ele concebe como aspectos comuns desses atores ou, na palavra do autor, legados a “conquista de direitos sociais (...), a politização das cidades (...) e a criação de uma margem de manobra para a humanização do urbano” (SOUZA, 2004, p. 193). Em linhas gerais o autor associa esses legados as conquistas de melhorias no equipamento urbano e infra-estrutura, direitos sociais, as questões relacionadas a produção do espaço urbano.

Nesse contexto, concordamos com o autor quando este faz, diga-se de passagem, uma leitura geográfica sobre os movimentos sociais urbanos ao relacionar não apenas as questões de ordem material, conforme mencionada anteriormente, mais as de ordem política – participação nas decisões sobre a produção do espaço urbano; ideológica – luta por justiça social e qualidade de vida, a exemplo da luta pela reforma urbana; e sócio-econômica – luta pelo simples direito à cidade. Em particular, quando em co-produção com Rodrigues, afirma que o “paradigma dos movimentos sociais urbanos constiu-se precisamente a partir da emergência de um padrão de análise das lutas

urbanas” tendo como essência o fato de serem atores sociais espontâneos e populares (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 8).

Outro aspecto igualmente positivo na obra do autor é a preocupação em fornecer um arcabouço conceitual sobre a concepção de movimento social urbano segundo uma perspectiva geográfica, a começar pela preocupação em definir as características desse ator social, diferenciando-o de outras formas de atividade pública organizada (ativismos sociais). Para definir a diferença apresentada pelo autor, nada melhor que uma transcrição de uma de suas análises:

[O]s *ativismos sociais* (ou activismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os activismos, como ações públicas *organizadas e relativamente duradouras*, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (...), saques e outras; (...) Os *movimentos sociais*, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de activismos ‘paroquiais’. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articula-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar” (SOUZA, 2006, p. 278). <destaque do autor>

O autor, ao longo de suas formulações, busca evidenciar os elementos que diferenciariam os activismos sociais (urbanos) dos movimentos sociais (urbanos), embora dê uma maior ênfase à análise dos activismos. Assim, considera atores que realizam suas ações a partir de uma luta de bairros – representada por atores instituídos (associações de moradores, sindicatos, etc); de outros que realizam a partir do bairro – com articulações que ultrapassam os limites da cidade (SOUZA, 2006). Nesse sentido, o que Borzacchiello denominou de movimentos sociais urbanos ou de movimentos populares urbanos (associações, sindicatos, federações e fundações), se aceitarmos as formulações de Souza & Rodrigues (2004, p. 86), seriam, na verdade, activismos urbanos.

Com relação a caracterização dos movimentos sociais urbanos, concordamos com Souza (2004; 2006) em diversos aspectos, especialmente no que se refere às formas de atuação (influência na produção do espaço urbano) e ao desenvolvimento de estratégias que possibilitem a abertura de novas frentes de atuação sem o risco da cooptação dos membros por parte do poder público.

O ponto de divergência paira no fato do autor conceber o MTST como movimento social urbano. Acreditamos, no entanto, que a dificuldade de ação integrada, fragmentação das atuações e significado adotado para o termo “moradia” se apresentam como fatores complicadores no que se refere ao aceite do MTST como um MSU. Vejamos o que os próprios autores definem os movimentos sociais urbanos:

“Os movimentos sociais especificamente urbanos são aqueles que, embora estando organizados em torno de questões diretamente vinculados ao espaço urbano como habitação e regularização fundiária, não agem somente na escala de um bairro, de uma rua ou de uma favela, mas buscam agir em escalas mais amplas (na cidade, no país e, às vezes, construindo até conexões internacionais)” (SOUZA & RODRIGUES, 2006, p. 84 e 85). <destaque do autor>

O primeiro argumento que poderíamos utilizar em contestação da associação do MTST como movimento social urbano parte dos próprios autores quando afirmam que “[h]oje o MTST tem núcleos em várias cidades do Brasil, mas não apresenta uma articulação nacional forte, o que leva os diversos grupos a atuar de maneira não uniforme” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 97). Se na caracterização anterior o requisito para um movimento ser considerado como urbano é a capacidade de articulação com outros níveis escalares, a dificuldade do MTST conseguir tal articulação e ação conjunta coloca em xeque a consideração do mesmo como tal. Portanto, o fato de estarem presentes nas grandes (e médias) cidades, em diversas regiões não é suficiente para

classifica-los como movimento social urbano uma vez que esta presença na quase totalidade espacial não é reproduzida em ações organizadas, integradas e complementares.

Outro aspecto que reforça o argumento é a ausência de mobilizações em torno de ações complementares a conquista dos direitos urbanos. Os próprios autores evidenciam isto ao mencionarem que “[n]ão basta pedir moradias, é preciso lutar contra toda uma série de processos que reproduzem as desigualdades sociais nas cidades, pois, além da luta pela moradia, é preciso lutar também por infra-estrutura, por emprego, por saúde...”. (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 98).

O fato é que o MTST é formado por sujeitos sociais. Esses são, em sua maioria, trabalhadores atuantes no comércio informal que necessitam da conquista de residência no centro da cidade, próximas ao local de trabalho ou de fácil acesso. Assim, eles têm como principal objetivo de luta a conquista de um teto (habitação). Portanto, embora debatam e usem em seus discursos palavras em menção a necessidade de por fim ao capitalismo e a política neoliberal, de implementação da reforma urbana e da política fundiária, são atores sociais que na prática se expressam apenas na conquista da habitação uma vez que não buscam se aprofundar em outras questões inerentes à sobrevivência no meio urbano.

Nesse contexto, concordamos que os movimentos dos sem teto existentes nas cidade corresponderiam ao que Marcelo Lopes compreende como uma expressão de ativismo urbanos. Porém, o MTST, ao limitar suas demandas na conquista por uma habitação (o teto) sem relacionar a continuidade da luta e a própria expressão da amplitude da luta (acessibilidade, equipamentos urbanos, infra-estrutura etc) de forma a produzir uma repercussão no urbano, não poderia ser considerados como Movimentos Sociais Urbanos ao contrário, por exemplo, dos movimentos de luta por moradia. O que está sendo colocado em questão é o entendimento das concepções de moradia, território e função urbana que se pode perceber a partir das ações dos sem-teto.

Ao defenderem a luta por moradia enquanto sinônimo de habitação (conquista do teto) o MTST não consegue apreender a amplitude da necessidade social, a qual está relacionada a questão da habitabilidade – moradia enquanto sinônimo de justiça social e qualidade de vida. Os membros desse movimento ocupam, normalmente, prédios e terrenos vazios. Com a conquista desses espaços-residência não existe uma continuidade na luta pelos direitos sociais que possibilitem uma condição digna de sobrevivência uma vez que essa luta passa a ser expressa por outras representações: ONG's, associações de moradores, amigos do bairro, clube de mães, pastorais, etc. Assim, a bandeira de luta, apesar de está volvida com discursos ideológicos sobre a situação política, econômica e social, não reproduz mudanças práticas na situação política, econômica e social dos moradores que passam a habitar no espaço conquistado.

Outro embate está relacionado a própria compreensão de território. O MTST concebe o prédio ou terreno conquistado como espaço de moradia (habitação), voltando-se para problemas endógenos dos espaços ocupados e não do seu entorno. Assim, limitam-se a apropriação do território e não na sua produção como espaço reorganizador das funções e estruturas urbanas. A preocupação do movimento estaria, portanto, voltada para se conquistar a habitação de forma a facilitar o acesso das pessoas ao centro urbano, particularmente o comercial, e não de conseguir, a partir dessa conquistas, impactos na própria dinâmica urbana. Isso explica a desaprovação da sociedade, pois o que expressa no social (culpa, particularmente da mídia) são ações de pessoas invasoras do bem privado e público, em sua maioria composta por favelados, baderneiros ou micro-especuladores que, após a conquista, passam a negociar o bem conquistado.

Já os movimentos de luta por moradia, por exemplo, entendem o termo “moradia” em seu sentido amplo: condições de habitabilidade. Eles expressam suas ações como pessoas que lutam pela conquista de uma moradia digna. Ao produzirem o território passam a lutar pela conquista dos seus direitos sociais (infra-estrutura, equipamentos urbanos), ou seja, justiça social e qualidade de vida.

Outro elemento que sustenta o argumento posto está relacionado ao fato de que o MTST, assim como outros ativismos de bairro, não se preocupa com a função urbana. Ao conquistarem a moradia (habitação) não existe um desdobramento do interesse pela conquista das renovações dos

direitos sociais urbanos, embora incluam em seus discursos temas como a reforma urbana e a luta pela confirmação da função social das habitações. Assim, não existe a preocupação com reivindicações do tipo: direito à mobilidade urbana; direito às funções urbanas. Ao contrário, a atuação desses atores são localizadas (apesar de realizarem debates amplos sobre a conjuntura política, econômica e social do país) sem repercussões em outras esferas e escalas do espaço urbano.

Da mesma forma que o MST (movimento que inspirou a formação de movimentos de trabalhadores no espaço urbano), o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto possuem uma expressão espacial uma vez que está presente em diversas localidades e escalas. Ambos produzem território (FERNANDES, 2005). O elemento diferencial estaria no seguinte fato: enquanto o MST luta politicamente por uma reforma agrária efetiva através de ocupações territoriais e luta pela conquista de um conjunto de direitos que possibilitem condições adequadas de sobrevivência (acompanhamento técnico, garantia de mercado através do cooperativismo, reconhecimento da posse e das funcionalidades espaciais, entre outros) o MTST luta politicamente por uma reforma urbana de cunho mais ideológico uma vez que as ocupações e reivindicações não são direcionadas para conquista de melhorias urbanas que garantam as condições de habitabilidade. Assim, entendemos que o MTST, ao contrário do compreendido por Fernandes (2005), ocupam o espaço (criam território e se apropriam), mas não produzem espaço (não influenciam na produção do espaço urbano).

Com isso chegamos ao debate sobre as contribuições de Fernandes (2001, 2005) que ao estudar o MST tem articulado argumentos de forma a sustentar a tese de que existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. A ênfase a esta distinção, de acordo com o autor, parte do princípio de que existe uma fragilidade por parte dos geógrafos em utilizar o conceito de movimento social tendo em vista a dificuldade de expressar a natureza geográfica da expressão desses atores sociais.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos. Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. (FERNANDES, 2005, p. 30).

O autor sustenta seus argumentos no entendimento de que “as relações e as ações acontecem no espaço (...) em todas suas dimensões: social, político, econômico...” (FERNANDES, 2005, p. 30). Assim, numa leitura geográfica da ação desses atores sociais a compreensão da produção do espaço e territórios se apresenta como algo imprescindível. Para o autor, todos os movimentos se expressam espacialmente (são, nas palavras do autor, socioespaciais). Entre esses movimentos existem aqueles que produzem o espaço político, deixando suas marcas nas redefinições espaciais: produzem territorialidades e desterritorialidades. Tais movimentos teriam, portanto, o território (espaço produzido) como trunfo, ou seja, o território como elemento essencial para sua sobrevivência (FERNANDES, 2005). A estes, o autor definiu como sendo socioterritoriais.

Para o autor esses movimentos se expressam de forma isolada, termo este que compreendemos como significado de ação fragmentada; e de forma territorializada ao produzir conexões multiescalares, desenvolvendo redes capazes de fomentar as suas estratégias políticas de territorialização (FERNANDES, 2005). O MST seria o exemplo de movimentos socioterritoriais atuantes no campo, enquanto na cidade seriam os movimentos dos sem-teto.

Movimentos (socioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem em um espaço geográfico restrito. Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. (FERNANDES, 2005, p. 32).

No que refere as proposições do autor, reconhecemos a importância de suas formulações quanto a uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Contudo, a falta de uma produção mais abrangente sobre as concepções trabalhadas pelo autor, especialmente no que se refere ao embasamento teórico que o levou a tais distinções, impossibilita uma leitura mais profunda sobre as concepções trabalhadas. Isso, no entanto, não desmerece os avanços que vem sendo obtido a partir dos diversos ensaios publicados pelo autor. Um outro aspecto importante é o fato do autor considerar os movimentos dos sem-teto como movimentos socioterritoriais atuantes na cidade, sem particularizar cada movimento da mesma forma como fez para os movimentos socioterritoriais atuantes em espaços rurais (SILVA & FERNANDES, 2005).

Sem-teto é uma denominação destinada a identificar aglomerados de pessoas que não possuem uma residência para moradia, as quais estão organizadas em associações, fundações, movimentos sociais, entre outras. Entre esses movimentos que lutam por habitação, o MTST vem ganhando um destaque devido a sua presença em diversas escalas embora sem promover ações conexas. São portanto os movimentos que se expressam de forma isolada: conquistam do território da moradia (residência) sem preocupação com as relações com o urbano. Nesse sentido estariam mais próximos do que Fernandes denominou de movimentos que se expressam de forma isolada. Assim, estariam mais enquadrados como movimento popular.

Finalmente, existe de nossa parte uma dificuldade em aceitar o uso do termo socioterritorial como conceito, embora reconheçamos sua pertinência e importância na realização de uma leitura geográfica da atuação dos movimentos sociais que atuam nos espaços rurais e urbanos. O fato deste termo ser apenas uma expressão de um processo de ocupação do território e de não possuir referenciais teóricas que sustentem sua classificação, pelo menos não foram expostas pelo autor, nos leva a convicção de que se trata apenas de uma definição que pode ser utilizada como referência da expressão geográfica dos movimentos sociais. Conceito é algo mais complexo e requer um aparato teórico-metodológico que o sustente. Já definição, é um termo, no âmbito acadêmico, de cunho mais brando que apenas qualifica um fenômeno ou situação.

Da mesma forma acreditamos que ao se falar de movimentos que se expressam geograficamente, seria mais apropriado o uso do termo sócio-territorial ao invés de socioterritorial. O uso do termo com a primeira morfologia (sócio-territorial) permite apreende-lo enquanto organização social que se apropria do território ao produzi-lo. Porém, nem todas as ações dessa organização seriam territoriais uma vez que estas possuem momentos em que externam relações socioespaciais, o que não ocorre com o termo socioespacial uma vez que todas as relações sociais são espaciais pois precisam do espaço para se fazerem concretas.

Tais observações são complexas e necessitam de um maior aprofundamento analítico. O fato é que concordamos com a existência desses movimentos sócio-territoriais que expressam suas ações redimensionando as configurações do espaço urbano. Tais movimentos seriam os de luta por moradia cuja bandeira (discurso-prática), além de ter a conquista do território como objeto, está voltada para as questões urbanas, especialmente as que dizem respeito a conquista dos direitos sociais à cidade: justiça social e qualidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi apresentado, o texto deixou em aberto mais provocações do que soluções. Se por um lado aceitarmos a importância de buscarmos os fundamentos em autores que já possuem uma certa trajetória sobre o tema em questão; por outro lado percebemos que tais contribuições são insuficientes para contemplar a diversas faces sobre a atuação dos movimentos sociais urbanos no Brasil, especialmente se for adotada uma perspectiva geográfica nesta análise. A menção a produção dos geógrafos mencionados no texto teve um cunho intencional: despertar possíveis desdobramentos que possibilitem um amadurecimento no estudo desses atores sociais, especialmente na geografia.

Do que foi exposto no texto, a grande mensagem que deve ser absorvida pelo leitor está relacionada ao fato de que existe uma grande fragilidade teórica e metodológica acerca da análise da influência dos movimentos sociais urbanos no processo de produção do espaço urbano. Para a Geografia o desafio é ainda mais significativo devido a pouca produção dos geógrafos sobre o tema em questão.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento.** São Paulo: Cortez, 1991.

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos.** Ediciones Siap – Planteos, 1975.

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590p. (coleção pensamento crítico)

_____. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2ª.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, janeiro-junho, 2005.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. 120p.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário eletrônico aurélio 5.0.** 3ª.ed. São Paulo: Positivo, 2004. Disponível em CD-ROM < <http://www.aureliopositivo.com.br>

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Novas Direções). 358p.

SILVA, Anderson A.; FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra – 2000 – 2004. São Paulo: **ABRA**, v. 32, n. 1, p. 84-105,2005.

SILVA, José Borzacchiello da. **Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica.** 1986. 332p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrad Brasil, 2006. 632p.

_____. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 556p.

_____. **O que é ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004. 136p. (coleção paradidáticos: série sociedade, espaço e tempo).

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** Tradução Elia Ferreira Edel. 7ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

_____. **Production de la société.** Seuil: Paris, 1973.

_____. E, Alain. **Sociologia de la acción.** Traducción al castellano M. Castells et. al. Barcelona: Ariel, 1969.